CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 11/05/2022 - 05:56

Combustível e alimento vão pressionar BC por juro maior

CONJUNTURA

Alta de combustível turbina arrecadação

Cofres da União e dos estados estão recheados em razão dos sucessivos reajustes dos derivados de petróleo, que geram mais impostos. Governos estaduais recolheram R$ 35,71 bilhões de janeiro a abril deste ano, apesar do ICMS congelado

» ROSANA HESSEL

LUIZ SOUZA/Estadão Conteúdo

Protesto de caminhoneiros em 2018: insatisfação toma conta da categoria, que alega não ter condições de trabalhar devido à alta do diesel

A escalada da inflação está corroendo a renda dos trabalhadores brasileiros, mas não para de engordar os cofres da União e dos estados, alertam especialistas. Eles lembram que os recentes reajustes dos combustíveis pela Petrobras têm ajudado, e muito, a incrementar o recolhimento de tributos dos estados, mesmo com o congelamento da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Dados preliminares do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) até as 20h20 de ontem, mostram que, de janeiro a abril, a arrecadação dos estados com ICMS sobre os combustíveis aumentou 12,59%, em termos nominais, passando de R$ 30,40 bilhões, em 2021, para R$ 35,71 bilhões, neste ano. É um novo recorde. Ressalte-se que esse número pode ser ainda maior e chegar a 17,46%, porque nem todos os estados enviaram as informações para a base de dados do Confaz. Já a arrecadação total dos estados encolheu 5,54%, entre janeiro e abril deste ano e 2021, somando R$ 233,94 bilhões, neste ano.

"É certo que o aumento da arrecadação dos estados e do governo federal ocorre, em grande parte, devido à inflação. Ela continua aumentando o preço dos produtos sobre os quais incidem os impostos e, com isso, a receita tributária continua batendo recordes, como no ano passado" afirmou o economista Murilo Viana, especialista em tributação.

"A inflação está sendo tão forte que compensou o congelamento do ICMS dos estados", destacou a economista Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria. Na avaliação dela, a crítica do presidente Jair Bolsonaro (PL) de atribuir aos estados a culpa pela alta dos combustíveis é improcedente. "Bolsonaro não tem razão neste caso. Os estados têm alíquota sobre o preço e se tornam mais relevantes porque o preço flutua por conta da política de preços da Petrobras. Então, é mais consequência do que causa", explicou.

Desde novembro de 2021, os estados congelaram a base de cálculo do ICMS sobre combustíveis. Segundo o Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), os entes federativos já renunciaram R$ 18,9 bilhões. Até dezembro deste ano, a redução de recursos deverá somar R$ 33,2 bilhões. "A renúncia corresponde a toda a tributação de ICMS combustíveis do primeiro trimestre de 2022", destacou o Comsefaz, em nota divulgada ontem.

É preciso lembrar que ainda vai demorar para a inflação dar uma trégua, para o desconsolo do contribuinte e para a alegria dos cofres públicos. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, registrou alta de 10,06% em 2021, e não para de superar as estimativas do mercado. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgará, hoje, o dado do IPCA de abril. Pelas estimativas de Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, o indicador deverá subir 1,01%, acumulando alta de 12,06% em 12 meses. "O IPCA deverá continuar acima de dois dígitos até agosto", afirmou.

CONJUNTURA

Vilões da inflação pressionam o BC

Copom sinaliza que combustíveis e alimentos terão efeitos duradouros na carestia, de modo a forçar nova alta da Selic

» FERNANDA STRICKLAND

12,75%

é a taxa básica de juros definida pelo Comitê de Política Monetária, em reunião na semana passada.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) destacou ontem, em ata, os fatores que contribuem para uma inflação alta e resistente. A autoridade monetária reconheceu que os recentes choques levaram a um forte aumento nos componentes ligados a alimentos e combustíveis, e isso tem impacto na política de juros. Segundo especialistas, a declaração do BC indica que não será possível trazer a inflação para a meta em 2022 e talvez nem em 2023.

O Copom afirmou que as leituras recentes vieram acima do esperado. A surpresa ocorreu tanto nos componentes mais voláteis como nos mais associados à inflação subjacente. "Nos itens mais voláteis, continua se destacando o aumento do preço da gasolina, com impacto maior e mais rápido do que era previsto", informou o comitê. As expectativas de inflação para 2022 e 2023 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 7,9% e 4,1%, respectivamente.

Segundo o economista Vinicius do Carmo, itens como combustíveis e alimentos exercem função de insumo em diferentes cadeias. Por isso, um aumento sobre esses preços afeta a composição de custos da maioria das cadeias produtivas. "Um aumento no diesel impacta diretamente os custos de transporte urbano, rodoviário e frete", explicou. "Além da utilização de máquinas agrícolas e indiretamente a produção agrícola, repassando este efeito por todas as cadeias e aumentando a pressão inflacionária no mercado."

De acordo com o economista, a maioria dos analistas acredita que haverá ao menos mais dois aumentos de meio ponto cada. "Isso se não ocorrer nova aceleração inflacionária, hipótese bem frágil", apontou Vinicius do Carmo. Segundo ele, o aumento do diesel é significativo e vai reverberar na economia. "Ao mesmo tempo, outros preços, especialmente os alimentos, não parecem indicar trégua. Então há muito receio de que a pressão inflacionária possa persistir, fazendo o ciclo de aperto monetário do BC se prolongar", acrescentou o especialista.

O economista da FAE Business Fábio Tadeu Araújo, apontou que o Banco Central está admitindo que não será possível trazer a inflação para a meta em 2022 e talvez nem 2023. "Quando ele faz um balanço para os riscos da inflação e para o crescimento econômico, admitindo que os juros já estão no patamar muito elevado, ele está também dizendo que o custo para a atividade econômica e para os demais agregados econômicos — inclusive a dívida pública — é maior do que os benefícios do que uma taxa de juros ainda maior para combater a inflação", afirmou.

Segundo Bruno Hora, co-fundador da Invest Smart, a missão do Copom de conter a inflação sem pesar a mão nos juros está cada vez mais difícil. "Não bastasse a alta dos preços das commodities causados pela guerra e pela alta demanda e a alta dos juros americanos, ainda temos um ano de eleições presidenciais e a eterna preocupação fiscal", disse. Para Hora, a mensagem do Copom tem um ponto positivo, pois sugere que uma forte alta dos juros pode causar recessão. "Porém o aumento da relevância dos fatores externos que impactam o Brasil deixam o cenário de juros repleto de incertezas", pondera.

Ainda na reunião da semana passada, quando elevaram a Selic em 1 ponto percentual, de 11,75% para 12,75% ao ano, os membros do Copom discutiram os efeitos do aperto monetário no crescimento econômico. "O comitê ressaltou que o crescimento econômico veio em linha com o que era esperado, mas o aperto das condições financeiras cria um risco de desaceleração mais forte que o antecipado nos trimestres à frente, quando seus impactos tendem a ficar mais evidentes", afirmou o documento.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia

Copyright © Clipclap 2025.